POR VÔOS AINDA MAIS ALTOS NO FUTURO

Desaceleração neste ano é uma oportunidade para expandir a capacidade produtiva, desde que haja uma programação adequada investimentos. Crescer com ritmo forte e sustentável é uma meta que pode e deve ser atingida

Ana Maria Castelo, Fernando Garcia e Edney Cielici Dias

O ANO de 2010 foi notável para a construção e marcou a recuperação de segmentos que sofreram mais com a crise em 2009. O crescimento vertiginoso começou, no entanto, a esbarrar em limites físicos, de disponibilidade equipamentos e de mão de obra. Era esperado um crescimento menor do setor em 2011, o que será acentuado pelo desaquecimento da economia mundial e pelo ajuste fiscal. Mesmo nessa perspectiva mais modesta, a construção será mais uma vez um dos motores da economia brasileira neste ano.

As estimativas iniciais apontam para nova superação de resultados no mercado de crédito em 2011. O FGTS divulgou um orçamento um ligeiramente inferior ao que foi executado em 2010 (R$ 24 bilhões). Por outro lado, deve ocorrer expansão dos financiamentos com origem nos recursos das cadernetas de poupança. A Abecip estima que cerca de R$ 84 bilhões serão direcionados para o financiamento habitacional em 2011. Isso significa que o mercado disporá de aproximadamente R$ 108 bilhões, um valor 29% superior ao verificado em 2010.

No que diz respeito ao Programa Minha Casa, Minha Vida, o governo anunciou uma diminuição de R$ 5 bilhões nos recursos previstos para a fase 2. Vale ressaltar, contudo, que essa redução de recursos não compromete os créditos já autorizados e contratados relativos a 2009 e 2010. A programação de construir 2 milhões de unidades em quatro anos continua mantida pelo governo. Segundo estimativa da Caixa Econômica Federal, 430 mil unidades habitacionais da fase 1 do programa serão entregues em 2011.

Em que pesem todos esses fatores positivos, as projeções de crescimento em 2011 foram revistas para baixo em razão do aumento do preço do petróleo e da crise japonesa. Esses fatores, somados aos efeitos do aumento dos juros e dos cortes no orçamento de 2011 devem reduzir a taxa de crescimento da economia brasileira para 3,3% em 2011. As projeções para a cadeia da construção são melhores, porque os recursos para o crédito habitacional estão garantidos e a expectativa de investir continua elevada.

Espera-se um crescimento do PIB da construção de 5% em 2011, com expansão das vendas de materiais de entre 7,5% e 8,0%. Contudo, o crescimento do emprego não deve, e não pode, ser tão intenso. As taxas de desemprego da mão de obra da construção atingidas em 2010 mostram uma situação crítica, que tem sido acomodada com os aumentos dos custos do setor. A disponibilidade de máquinas e equipamentos para o setor também está apertada.

Um processo de crescimento nos moldes de 2010 não seria sustentável em 2011. Atingido o pleno emprego, o crescimento sustentado da economia passa a depender da expansão quantitativa da oferta de mão de obra, da sua melhoria qualitativa, do aumento da produtividade e do aumento do estoque de máquinas e equipamentos à disposição das construtoras para locação.

O investimento em máquinas e equipamentos foi retomado em 2010 e este ano deve prosseguir elevado, mas a expansão da oferta de mão de obra qualificada ainda é pequena no confronto com as necessidades. Até o momento em que os problemas da oferta de trabalho e da falta de ganhos da produtividade não sejam enfrentados por políticas públicas mais amplas, o aumento dos custos da construção deve permanecer relativamente forte.

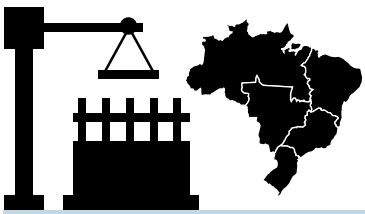
Este ano será, portanto, marcado por um ajuste de ritmo. É importante, nesse contexto, uma clara programação de investimentos, de tal sorte que, na próxima aceleração das atividades, os limites de máquinas, equipamentos e mão de obra não sejam determinantes. É, em última análise, uma oportunidade de criar condições para uma expansão de atividade ainda maior do que a verificada em 2010. Afinal, crescer com ritmo forte e com sustentabilidade é uma meta que pode e deve ser atingida.

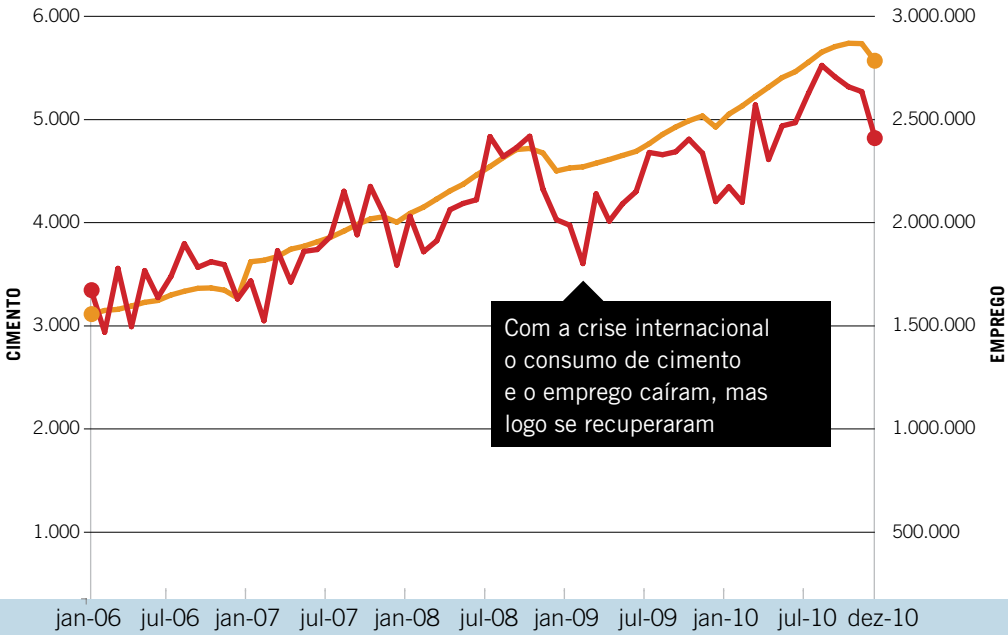
Expectativas

Os números consolidados de 2010 para o setor da construção vieram confirmar as expectativas dos empresários da construção: foi um ano de crescimento vigoroso, que superou as projeções iniciais e que trouxe de volta também preocupações com a sustentabilidade desse crescimento. Todos os indicadores registraram números acumulados expressivos, quase sempre de dois dígitos.

A escalada da construção no Brasil - a trajetória ascendente 2006-2010

- Consumo de cimento, em mil toneladas
- Emprego na construção, com carteira assinada





Emprego na construção

Com carteira assinada, média no ano

	2010	2009	Var. (%)
Norte	**131.623**	**161.455**	**22,7**
Rondônia	21.259	37.989	78,7
Acre	7.896	8.460	7,1
Amazonas	25.820	26.294	1,8
Roraima	4.419	5.003	13,2
Pará	54.021	62.613	15,9
Amapá	3.136	3.266	4,1
Tocantins	15.071	17.830	18,3
Nordeste	**438.418**	**557.194**	**27,1**
Maranhão	39.030	45.924	17,7
Piauí	23.516	31.843	35,4
Ceará	55.436	74.126	33,7
Rio G. do Norte	31.121	37.619	20,9
ParaÍba	32.921	38.030	15,5
Pernambuco	86.450	111.375	28,8
Alagoas	16.789	21.765	29,6
Sergipe	24.480	28.217	15,3
Bahia	128.676	168.296	30,8
Sudeste	**1.282.148**	**1.420.938**	**10,8**
Minas Gerais	312.697	354.971	13,5
Espírito Santo	64.258	70.865	10,3
Rio de janeiro	243.521	260.821	7,1
São Paulo	661.673	734.282	11,0
Sul	**329.658**	**377.767**	**14,6**
Paraná	121.504	142.898	17,6
Santa Catarina	92.768	99.862	7,6
Rio G. do Sul	115.386	135.007	17,0
Centro-Oeste	**189.995**	**206.755**	**8,8**
Mato G. do Sul	26.734	27.341	2,3
Mato Grosso	30.124	31.553	4,7
Goiás	70.692	80.764	14,2
Distrito Federal	62.446	67.098	7,4
Brasil	**2.371.843**	**2.724.109**	**14,9**

As obras do rio Madeira impulsionaram as atividades da cadeia na região Norte

No Nordeste, houve um importante movimento de formalização das atividades

A região Sudeste possui o maior contingente de trabalhadores com carteira assinada

A elevação das vendas de materiais foi mais forte nas regiões Sul e Centro-Oeste

Vendas de materiais de construção

Comério varejista, R$ milhões

	2010	2009	Var. (%)
Norte	**2.742,76**	**2.352,65**	**16,6**
Rondônia	693,79	526,67	31,7
Acre	260,14	222,24	17,1
Amazonas	387,80	374,18	3,6
Roraima	79,22	69,55	13,9
Pará	898,53	826,83	8,7
Amapá	118,33	108,84	8,7
Tocantins	304,96	224,34	35,9
Nordeste	**11.671,51**	**10.067,12**	**15,9**
Maranhão	1.106,03	962,52	14,9
Piauí	435,23	426,33	2,1
Ceará	3.291,84	2.734,71	20,4
Rio G. do Norte	488,13	461,72	5,7
ParaÍba	450,12	397,94	13,1
Pernambuco	1.931,41	1.630,13	18,5
Alagoas	550,90	506,63	8,7
Sergipe	459,81	424,72	8,3
Bahia	2.958,04	2.522,44	17,3
Sudeste	**26.828,93**	**22.326,98**	**20,2**
Minas Gerais	6.761,71	5.601,21	20,7
Espírito Santo	1.368,14	1.067,91	28,1
Rio de janeiro	3.790,47	3.018,64	25,6
São Paulo	14.908,61	12.639,22	18,0
Sul	**11.352,90**	**8.997,12**	**26,2**
Paraná	4.861,28	4.036,01	20,4
Santa Catarina	1.737,54	1.535,59	13,2
Rio G. do Sul	4.754,08	3.425,52	38,8
Centro-Oeste	**4.293,71**	**3.602,73**	**19,2**
Mato G. do Sul	459,97	432,72	6,3
Mato Grosso	579,82	531,87	9,0
Goiás	1.923,16	1.542,90	24,6
Distrito Federal	1.330,76	1.095,24	21,5
Brasil	**56.889,81**	**47.346,60**	**20,2**

O PIB da construção, de acordo com a estimativa ainda preliminar das Contas Nacionais, atingiu R$ 165,248 bilhões, o que representou um crescimento de 22,27% na comparação com o PIB de 2009 em valores correntes. Ou ainda uma expansão de 13,45%, descontando a elevação de preços setoriais medida pelo INCC-DI. Esse resultado leva o crescimento real acumulado desde 2006 a 31,95%, o que significa uma taxa média anual de 5,70%.

De fato, o ciclo virtuoso iniciado em 2004 prosseguiu com capilaridade em toda a cadeia. Crédito, produção, emprego, lançamentos habitacionais, todos os indicadores, além de registrarem taxas de crescimento expressivas na comparação com 2009, conseguiram superar os números até então recordes de 2008. Os efeitos dessa expansão também se fizeram sentir de forma marcante no mercado de trabalho, que observou a falta de mão de obra qualificada e a elevação dos salários acima da inflação. Os preços dos terrenos nas regiões metropolitanas acusaram a demanda imobiliária aquecida pela expansão do crédito.

Indústria e comércio

Em dezembro, o nível de utilização da indústria de materiais atingiu 90,7%, o que representou o maior patamar para o último mês do ano de toda a série pesquisada pela **FGV**. De fato, a produção de insumos para a construção bateu recorde no ano: aumentou 11,9% na comparação com 2009, o que permitiu superar em 4,8% a produção alcançada em 2008. O faturamento da indústria no mercado doméstico cresceu 16,1%, o que equivale a uma variação de 12,1% acima do crescimento dos preços de materiais.

Impulsionadas pela demanda das famílias, as vendas de materiais de construção no comércio varejista registraram números ainda mais expressivos: aumento real de 16,3% na comparação com 2009 e de 12,3% em relação a 2008.

Investimento

Quando se trata de superação das projeções, o crédito habitacional foi o principal destaque de 2010. Entre 2010 e 2004, o crédito habitacional cresceu oito vezes em termos reais, sendo a expansão de 2010 especialmente vigorosa. O número de financiamentos contratados pelo Sistema Financeiro da Habitação, somado aos realizados pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, alcançou 1,152 milhão de unidades, o maior patamar já alcançado no País. O recorde anterior, de 627 mil unidades, foi registrado em 1980. As duas principais fontes de financiamento – SBPE e FGTS – direcionaram R$ 83,4 bilhões ao mercado, o que representou um crescimento de 71% em relação a 2009.

O PIB da construção atingiu R$ 165,25 bilhões em 2010, o que representou um crescimento de 22,27% na comparação com o PIB de 2009 em valores correntes. Ou ainda uma expansão de 13,45%, descontando a elevação de preços setoriais

O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), além de adicionar mais recursos aos já disponíveis pelo SFH, determinou uma mudança importante de composição de mercado: as empresas se direcionaram para o mercado de famílias com renda de até três salários mínimos. Em dois anos, o PMCMV conseguiu garantir a contratação de 1,005 milhão de unidades habitacionais, sendo 57% para famílias de até 3 salários.

Com o reforço dos recursos do PMCMV, os lançamentos habitacionais aumentaram por todo país e os imóveis com dois dormitórios foram os mais procurados pelas famílias. Na Região Metropolitana de São Paulo, foram lançadas 67,8 mil unidades habitacionais, um número 26,7% superior ao de 2009 e recorde dos últimos anos. Os imóveis de até dois dormitórios representaram 29% das vendas realizadas na região. Os dados da Ademi-RJ também mostram um crescimento forte dos lançamentos residenciais na cidade do Rio de Janeiro. Até novembro, haviam sido lançadas 12.300 mil unidades, o que permite projetar um crescimento de 19% no ano de 2010.

Na área de infraestrutura, os desembolsos do BNDES também cresceram de forma expressiva, garantindo a continuidade dos projetos em andamento e o início de novos. Em 2010, os desembolsos totais atingiram R$ 168,4 bilhões, sendo R$ 52,4 bilhões direcionados para infraestrutura.

Pleno emprego

Em 2010, o setor da construção vivenciou o pleno emprego, caracterizando um quadro de escassez em todo o País, especialmente a de trabalhadores mais qualificados. Em dezembro, a taxa de desocupação dos trabalhadores da construção em seis regiões metropolitanas atingiu 2,3%. A taxa mais alta, de 4,1%, foi registrada em Salvador e a mais baixa, em Porto Alegre, 1,8%. O número de ocupados vem crescendo continuamente e registra alta de 18,9% desde 2004. O número de empregados com carteira teve alta ainda mais expressiva: praticamente dobrou desde 2004, atingindo 2,78 milhões de trabalhadores em dezembro de 2010.

A expansão do crédito tem sido uma força importante na promoção da formalização da mão de obra na construção. O movimento de formalização se disseminou por todo País, ganhando força nas regiões Norte e Nordeste. Em 2010, com o ritmo maior das obras do Rio Madeira, o crescimento da demanda por trabalhadores na região Norte cresceu também de forma expressiva. O número médio de empregados na região aumentou 22,7% em relação a 2009, sendo que apenas em Rondônia, o aumento foi de 78,7%. Entre dezembro de 2007 e dezembro de 2010, o total de empregados com carteira passou de 8,7 mil para 40,5 mil trabalhadores no Estado.

Na região Nordeste, o número de empregados com carteira cresceu 27,1% em relação a 2009, a maior alta entre as regiões. Os Estados que registraram maiores taxas foram Piauí (35,4%), Ceará (33,7%) e a Bahia (30,8%). São Paulo, que tem o maior contingente de trabalhadores do País (27% do total), fechou com elevação de 11,2% no emprego.

NA PRÁTICA, CORTES NÃO COMPROMETEM O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA

O Ministério do Planejamento anunciou uma reavaliação do orçamento de 2011 no último dia de fevereiro. Receitas foram revistas e as despesas adequadas à receita menor e às necessidades de contenção da demanda interna. A reavaliação das receitas se deu em grande parte com a redução de 19,1 bilhões na arrecadação anual. Todos os tributos tiveram suas estimativas reduzidas, com destaque para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI), sobre a Renda (IR) e Outras Receitas Administradas pela Receita Federal.

Por sua vez, as despesas sofreram um corte de R$ 50,1 bilhões em relação ao previsto na Lei Orçamentária aprovada pelo Congresso, distribuído entre as despesas obrigatórias e as discricionárias. As despesas obrigatórias foram reduzidas em R$ 15,76 bilhões, o que afetou os itens de Pessoal e Encargos Sociais, Abono Salarial, Seguro Desemprego, Previdência Social e Subsídios. O maior corte, de R$ 36,2 bilhões, deu-se nas despesas discricionárias e atingiu todos os ministérios.

Em princípio, ao anunciar o corte no orçamento, o governo ressaltou que ele não atingirá os recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e os principais programas sociais. Assim, a redução de R$ 2,4 bilhões no orçamento do Ministério dos Transportes ocorreria "com a redução de gastos de custeio e ações em fase de projeto".

É importante observar que o corte anunciado se dá em cima dos valores que foram aprovados no Congresso. Como não se tem a execução orçamentária de 2010, não é possível comparar o novo orçamento com os gastos no ano passado para se ter uma real dimensão da redução de despesas e, portanto, de seu impacto sobre a economia.

Minha Casa, Minha Vida

A despeito da ênfase de que o PAC e programas sociais não seriam atingidos, o Ministério das Cidades foi o que sofreu o maior corte absoluto no orçamento: R$ 8,6 bilhões, o que representa cerca de 24% do corte total ou 41% do orçamento inicial do Ministério. A redução das despesas atingiu diretamente os recursos previstos para a fase 2 do Minha Casa, Minha Vida. Para avaliar o impacto dessa alteração, é preciso considerar um aspecto importante da execução orçamentária do governo: cortes orçamentários no exercício fiscal corrente não comprometem créditos já autorizados e contratados de exercícios fiscais anteriores, que integram a rubrica Restos a Pagar. Essa despesa é realizada com recursos aprovados do orçamento anterior. O corte que o governo fez atingiu a fase 2 do Minha Casa, Minha Vida, cujo orçamento ainda não havia sido aprovado pelo Congresso e, portanto, não poderia ser gasto ainda.

O programa carrega R$ 9,5 bilhões de restos a pagar dos anos anteriores. Assim, quando se compara os recursos aprovados para o programa em 2010 com 2011, observa-se, na verdade, um aumento de aproximadamente 5%. Note-se que o orçamento do FGTS aumentou e os subsídios advindos do FGTS permaneceram no mesmo patamar.

Ao avaliar o efeito do corte realizado pelo governo, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) observou que, apesar da medida provisória nº514 que cria a 2ª etapa do Programa ainda não ter sido apresentada (por consequência, nem aprovada), a manutenção dos R$ 12,7 bilhões no orçamento garante os créditos orçamentários para as contratações a partir de abril até dezembro. Portanto, não haverá descontinuidade do programa.

Além disso, deve-se lembrar que 2011 será o primeiro ano da nova fase, restam ainda, ao menos, três anos e meio para compor recursos para sua conclusão. Outro ponto importante levantado pela CBIC diz respeito às faixas de renda acima de R$ 1.395,00 atendidas pelo FGTS. Nessa faixa foram agregados mais R$ 2,5 bilhões ao orçamento do Fundo para atender ao PMCMV e a sua execução não está vinculada a publicação da medida provisória (2ª fase), de maneira que, esses recursos encontram-se disponíveis para contratação desde a sua aprovação no final do ano 2010. Por fim, não se pode esquecer que o programa na primeira fase contratou de fato quase 100 mil unidades além da meta estabelecida, o que pode ser considerada como uma antecipação da fase seguinte.



Programa Minha Casa, Minha Vida, R$ bilhões

Fontes	2010		2011		
	Limite aprovado	Restos a pagar (RP)	Orçamento	Limite aprovado	Restos a pagar
OGU/FAR	12,4	4,4	12,7	7,6	9,5
Subsídio FGTS	3,0		3,0	3,0	
Recurso oneroso FGTS	19,4		21,0	21,0	
Total	34,8	4,4	36,7	31,6	9,5
Total mais RP	39,2		41,1		

Fonte: CBIC